ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE PRES.PRUDENTE

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	180112-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE PRES.PRUDENTE	DOUGLAS YOSHIO HIRAI	21/08/2026 14:13 (v 0.13)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	39/2026	058.00030671/2026-41

1. Definição do objeto

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

(Processo Administrativo n° 058.00030671/2026-41)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços para reforma e adequação física para implantação das Salas DDM em 08 (oito) unidades policiais da Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Prudente**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Alfredo Marcondes	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 8 .847,52	R$ 8 .847,52
2	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Álvares Machado	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 7 .566,83	R$ 7 .566,83

3	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Caiabu	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 7 .112,36	R$ 7 .112,36
4	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Indiana	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 20.173,88	R$ 20.173,88
5	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Presidente Bernardes	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 20.494,80	R$ 20.494,80
6	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Regente Feijó	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 19.796,92	R$ 19.796,92
7	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Santo Expedito	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 19.833,61	R$ 19.833,61
8	Contratação de empresa para reforma e adequação física para implantação da Sala DDM na Delegacia de Polícia de Taciba	Item BEC/SP 79073 Item Catálogo de serviços do Compras.gov 1627	Unidade	01	R$ 6 .570,65	R$ 6 .570,65
Valor Total				**R$ 110.396,57**		

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. O objeto enquadra-se como serviço comum de engenharia, na definição do artigo 6º, inciso XXI, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021, por consistir em ações de manutenção, adequação e adaptação de bens imóveis, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, com preservação das características originais dos bens: as intervenções recaem sobre ambientes preexistentes, não ampliam área construída, não alteram estrutura, gabarito ou sistemas prediais e estão integralmente descritas por códigos e composições do Boletim Referencial de Custos da CDHU. Não se trata, pois, de obra (artigo 6º, inciso XII) nem de serviço especial de engenharia (artigo 6º, inciso XXI, alínea 'b'), sendo obrigatória a modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, e do parágrafo único do artigo 29, c.c. o artigo 17, § 2º, da mesma Lei.

1.3. Trata-se de contrato por escopo, na definição do artigo 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, cuja obrigação se exaure com a entrega do resultado no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, fixado na forma do artigo 105 da mesma Lei, e não com a prestação contínua no tempo. Por não se tratar de serviço contínuo, não incide o regime de reajustamento e de repactuação do artigo 92, § 4º, tampouco há dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, razão pela qual se adota o modelo padronizado de contratação de serviços de engenharia.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000053/2026

II) Data de publicação no PNCP: 06/06/2025

III) Id do item no PCA: 52

IV) Classe/Grupo: 545

V) Identificador da Futura Contratação: 180112-39/2026

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 (nove) horas às 17 (dezessete) horas.

4.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.6. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

Condições Gerais de contratação

4.7. A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e de qualidade necessários à implantação das Salas DDM nas unidades policiais contempladas, em conformidade com as diretrizes institucionais e especificações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para execução dos serviços, compreendendo reforma e adequação de ambientes internos, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários.

4.9. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, observando padrões de qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade.

4.10. Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as especificações técnicas do projeto, sendo vedado o uso de materiais inadequados ou de procedência duvidosa.

4.11. A execução deverá observar integralmente os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados pela Administração.

4.12. A contratada será responsável pela qualidade dos serviços executados, devendo reparar, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios ou defeitos identificados.

4.13. Deverão ser observadas as normas de segurança e saúde no trabalho, com adoção de medidas preventivas e uso obrigatório de equipamentos de proteção individual e coletiva.

4.14. A contratada deverá manter o local de execução limpo, organizado e seguro, promovendo a adequada gestão e destinação dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental.

4.15. Os serviços deverão ser executados de forma a minimizar impactos nas atividades das unidades policiais, podendo ser exigida execução em etapas ou em horários previamente ajustados.

4.16. A contratada deverá assegurar a compatibilidade das instalações executadas com os equipamentos e mobiliários a serem posteriormente instalados.

4.17. Deverá ser garantida a qualidade e durabilidade dos serviços executados, nos termos da legislação aplicável.

4.18. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental vigente.

4.19. Deverão ser observados critérios de sustentabilidade, incluindo uso racional de recursos, redução de desperdícios, utilização de materiais de menor impacto ambiental e destinação adequada dos resíduos.

4.20. A contratada deverá apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, relativas à execução dos serviços.

4.21. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até **5 (cinco) dias úteis**, contados da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. A empresa contratada deverá apresentar, previamente ao início dos serviços, **cronograma detalhado**, contemplando as etapas de execução, prazos e a programação das unidades policiais a serem atendidas, o qual deverá ser aprovado pela Administração.

5.1.3. A contratada será responsável por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

5.1.4. Os serviços deverão ser executados por etapas, conforme planejamento aprovado, de modo a **minimizar impactos no funcionamento das unidades policiais**.

5.1.5. A execução deverá observar integralmente os projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas, sendo vedadas alterações sem prévia autorização da Administração.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s):

5.2.1. Delegacia de Polícia de Alfredo Marcondes – Rua Lourenço Zampieri, nº 513 – Centro – Alfredo Marcondes/SP;

5.2.2. Delegacia de Polícia de Álvares Machado – Rua Arthur Boigues, nº 415 – Centro – Álvares Machado/SP;

5.2.3. Delegacia de Polícia de Caiabu – Rua Manoel Francelino Borges, nº 157 – Centro – Caiabu/SP;

5.2.4. Delegacia de Polícia de Indiana – Rua Capitão Whitaker, nº 677 – Centro – Indiana/SP;

5.2.5. Delegacia de Polícia de Presidente Bernardes – Rua Armando Falconi, nº 246 – Centro – Presidente Bernardes/SP;

5.2.6. Delegacia de Polícia de Regente Feijó – Rua Fernão Sales, nº 199 – Centro – Regente Feijó/SP;

5.2.7. Delegacia de Polícia de Santo Expedito – Rua Henrique Dias, nº 256 – Centro – Santo Expedito/SP;

5.2.8. Delegacia de Polícia de Taciba – Rua Domingos Dalle Vedove, nº 245 – Centro – Taciba/SP;

Horário de execução dos serviços

5.3. Os serviços serão executados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00, podendo, **mediante prévia autorização da Administração**, ocorrer em horários alternativos, inclusive em períodos noturnos ou finais de semana, quando necessário para não interferir no regular funcionamento das unidades policiais.

Descrição dos serviços

5.4. O objeto consiste na execução de serviços destinados à **reforma e adequação de ambientes internos para implantação das Salas DDM**, nas Unidades Policiais subordinadas a Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Prudente, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários.

5.5. Os serviços deverão ser executados de forma integral, conforme as especificações técnicas e quantitativos constantes do Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, bem como deste Termo de Referência, abrangendo as seguintes intervenções:

5.5.1. Delegacia de Polícia de Alfredo Marcondes:

a) Execução de calhas e rufos em chapa galvanizada;
b) Aplicação de massa corrida em paredes e forros;
c) Pintura acrílica antimofo em paredes e forros;
d) Pintura esmalte em porta de madeira;
e) Limpeza final da obra;
f) Instalação de placa de comunicação visual conforme padrão institucional.

5.5.2. Delegacia de Polícia de Álvares Machado:

a) Fornecimento e instalação de porta de madeira completa;
b) Aplicação de massa corrida em paredes e laje;
c) Pintura acrílica antimofo em paredes e laje;
d) Pintura esmalte em porta;
e) Limpeza final da obra;
f) Instalação de placa de comunicação visual.

5.5.3. Delegacia de Polícia de Caiabu

a) Fornecimento e instalação de porta de madeira completa;
b) Aplicação de massa corrida em paredes e laje;
c) Pintura acrílica antimofo em paredes e laje;
d) Pintura esmalte em porta;
e) Limpeza final da obra;
f) Instalação de placa de comunicação visual.

5.5.4. Delegacia de Polícia de Indiana

a) Aplicação de massa corrida em paredes e laje;
b) Pintura acrílica antimofo em paredes e laje;
c) Pintura esmalte em porta;
d) Execução de infraestrutura elétrica (eletrodutos, cabeamento e conexões);
e) Instalação de tomadas e pontos elétricos;

f) Fornecimento e instalação de aparelho de ar-condicionado tipo split (12.000 BTU/h);
g) Instalação de tubulação de cobre para climatização;
h) Limpeza final da obra;
i) Instalação de placa de comunicação visual.

5.5.5. Delegacia de Polícia de Presidente Bernardes

a) Fornecimento e instalação de porta de madeira completa;
b) Aplicação de massa corrida em paredes e laje;
c) Pintura acrílica antimofo em paredes e laje;
d) Pintura esmalte em porta;
e) Execução de infraestrutura elétrica, lógica e telefônica;
f) Instalação de tomadas elétricas, pontos de rede (RJ45) e telefonia (RJ11);
g) Fornecimento e instalação de ar-condicionado tipo split;
h) Instalação de tubulação para climatização;
i) Fornecimento de aparelho telefônico;
j) Limpeza final da obra;
k) Instalação de placa de comunicação visual.

5.5.6. Delegacia de Polícia de Regente Feijó

a) Aplicação de massa corrida em paredes e laje;
b) Pintura acrílica antimofo em paredes e laje;
c) Pintura esmalte em porta;
d) Execução de infraestrutura elétrica;
e) Instalação de tomadas e pontos elétricos;
f) Fornecimento e instalação de ar-condicionado tipo split;
g) Instalação de tubulação de cobre para climatização;
h) Fornecimento de aparelho telefônico;
i) Limpeza final da obra;
j) Instalação de placa de comunicação visual.

5.5.7. Delegacia de Polícia de Santo Expedito

a) Aplicação de massa corrida em paredes e laje;
b) Pintura acrílica antimofo em paredes e laje;
c) Pintura esmalte em porta;
d) Execução de infraestrutura elétrica, lógica e telefônica;
e) Instalação de tomadas, pontos de rede e telefonia;
f) Fornecimento e instalação de ar-condicionado tipo split;
g) Instalação de tubulação para climatização;
h) Fornecimento de aparelho telefônico;
i) Limpeza final da obra;
j) Instalação de placa de comunicação visual.

5.5.8. Delegacia de Polícia de Taciba

a) Aplicação de massa corrida em paredes e laje;
b) Pintura acrílica antimofo em paredes e laje;
c) Pintura esmalte em porta;
d) Limpeza final da obra;
e) Instalação de placa de comunicação visual.

5.6. De forma complementar, para todas as unidades, a contratada deverá:

5.6.1. Realizar mobilização, isolamento e sinalização das áreas de intervenção;
5.6.2. Promover a remoção e destinação adequada de resíduos;
5.6.3. Garantir a proteção das áreas adjacentes;

5.6.4. Executar os serviços conforme normas técnicas vigentes e padrões da Administração;
5.6.5. Entregar os ambientes em condições plenas de uso, limpos e funcionais.

5.7. O prazo para execução do objeto contratual será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e previamente autorizada pela Administração.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado que a contratada:

7.1.1.1. Não atingiu os resultados pactuados ou executou os serviços em desconformidade com o objeto contratado;

7.1.1.2. Deixou de executar, total ou parcialmente, os serviços contratados, ou os executou com qualidade inferior à mínima exigida pelas normas técnicas e especificações do contrato;

7.1.1.3. Deixou de empregar os materiais, equipamentos ou recursos humanos previstos, ou os utilizou em quantidade ou qualidade inferior à exigida;

7.1.1.4. Descumpriu prazos estabelecidos no cronograma, sem justificativa aceita pela Administração;

7.1.1.5. Executou serviços em desacordo com as normas técnicas aplicáveis, boas práticas ou orientações da fiscalização;

7.1.1.6. Não sanou, no prazo determinado, falhas ou inconformidades apontadas pela fiscalização;

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Relatório do Gestor do Contrato, contendo avaliação geral da execução, cumprimento de prazos e eventuais ocorrências; e

7.2.2. Relatório do Fiscal do Contratante, com a verificação detalhada da execução dos serviços e atesto da conformidade dos serviços com o objeto da contratado.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 *(dez)* dias úteis, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos no item 7.1. deste Termo de Referência, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 *(dez)* dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O critério de julgamento é o de menor preço, apurado pelo valor global do grupo único, na forma do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto integralmente referenciado em tabela oficial de custos, cujas especificações são padronizadas e não comportam variação de qualidade relevante. Adota-se o modo de disputa aberto, previsto no artigo 56, inciso I, da mesma Lei, apto a maximizar a competição em certame de baixo valor e elevada padronização técnica, observada a vedação do § 1º do mesmo artigo à utilização isolada do modo fechado.

8.1.1. O critério de aceitabilidade incidirá de forma concomitante sobre o preço global estimado da contratação e sobre os preços unitários de cada item de serviço da planilha orçamentária de custos de referência.

8.1.2. Para fins de aceitabilidade dos custos unitários, serão adotados como limites máximos admissíveis os custos constantes da planilha orçamentária de referência da Administração, elaborada em conformidade com as regras e parâmetros estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 67.888, de 15 de agosto de 2023, tendo por base referencial o Boletim de Custos da CDHU em vigor, acrescido da taxa de BDI estimada pela UGE.

8.1.3. Constatada a extrapolação de preço unitário de qualquer item isolado da proposta comercial em relação à tabela CDHU referencial, o licitante classificado em primeiro lugar deverá promover o saneamento e a readequação de sua planilha ao limite máximo indicado, mantendo inalterado o valor global ofertado, observado o rito procedimental fixado no Item 7.7 do Edital (art. 56, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021).

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso ;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.25.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

8.25.1.2. Deverá haver comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços similares ao objeto da contratação, mediante a apresentação de notas fiscais correspondente a cada mês, não havendo obrigatoriedade de ser um ano ininterrupto, bastando que o somatório das notas fiscais de meses diferentes seja equivalente a 12 (doze) meses.

8.25.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.25.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017 , quando o caso;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 110.396,57

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R$ 110.396,57 (cento e dez mil trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos),** conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180112;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 06122180141800000 (PTRES 180201);

IV) Elemento de Despesa: 33903979;

V) Plano Interno: 0157, 0162, 0238, 0354, 0560, 0572, 0631 e 0676;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Presidente Prudente, data da assinatura digital..

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Encaminhe-se à autoridade competente para aprovação do Termo de Referência, conforme minuta padronizada de 07/01/2026.

DOUGLAS YOSHIO HIRAI

Investigador de Polícia

Assinou eletronicamente em 21/08/2026 às 11:23:34.

Despacho: Vistos. Na data da assinatura digital APROVO o Termo de Referência nº 20/26 considerando que o mesmo atende os termos do Decreto 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

IEDA MARIA CAVALLI DE AGUIAR FILGUEIRAS

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 21/08/2026 às 12:45:04.